

ANÁLISE TRIBUTÁRIA E DE PROCESSOS

Azambuja, Ederson Vidart^{1*}

Cesarino, Anthony Martin¹

Domenech, Antonio Carlos¹

Rosa, Ruan Costa¹

Soares, Mariana Navarrina¹,

Saggiono, Dirnei Kaupp²

Marques, Tiago²

RESUMO:

Percebe-se que as empresas podem ser tributadas de diferentes formas. O que torna o planejamento tributário fundamental sua manutenção e competitividade. Sendo assim, o presente trabalho possui como objetivos realizar um comparativo entre o simples nacional e o lucro presumido e verificar qual o regime tributário melhor se adequa as suas características específicas e analisar um processo com o auxílio da metodologia MASP. Para a elaboração do referencial teórico deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, para verificar a literatura até o momento do assunto tratado neste artigo. Foi utilizado também para esta pesquisa o método de pesquisa qualitativa, sendo realizada uma entrevista semiestruturada ao Contador, com um total de 6 questões de respostas abertas. Além disso, através do comparativo realizado entre o simples nacional e o lucro presumido pode-se identificar qual destes regimes se adequa melhor às características da empresa em estudo. Sendo o simples nacional o regime que apresenta menor ônus para a empresa.

Palavras-chave: Contabilidade tributária, MASP e qualidade.

ABSTRACT:

It is noticed that companies can be taxed in different ways. This makes tax planning essential for its maintenance and competitiveness. Therefore, the present work aims to make a comparison between the simple national and the presumed profit and verify which tax regime best suits its specific characteristics and analyze a process with the help of the MASP methodology. For the elaboration of the theoretical reference of this work, the method of bibliographical research was used, to verify the literature until the moment of the subject treated in this article.

¹Discentes do Curso (Curso de Ciências Sociais), Nível 2 2020/1- Faculdade IDEAU – Bagé/RS.

The qualitative research method was also used for this research, with a semi-structured interview with the Accountant, with a total of 6 open-answer questions. In addition, through the comparison made between the simple national and the presumed profit, it is possible to identify which of these regimes is best suited to the characteristics of the company under study. The simple national regime is the one that presents the lowest cost to the company.

KEYWORDS: Tax accounting, MASP and quality.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAS

Conforme Oliveira (2015), as ciências da contabilidade e direito possuem importante vínculo, onde em diversos momentos caminham juntas acompanhando a evolução da sociedade. O autor classifica o direito como o conjunto das normas jurídicas vigentes em um país. Já a contabilidade, é a ciência encarregada de estudar e praticar as funções de orientação, controle e registro dos atos e fatos de uma administração econômica. Crepaldi (2019) afirma que, “A contabilidade evoluiu de acordo com a necessidade da sociedade, sendo classificada uma Ciência Social, tendo como objeto de estudo o patrimônio das entidades.” Crepaldi (2019), também comenta que, dentro das ciências contábeis identifica-se o ramo da contabilidade fiscal e tributária, que possuem como objetivo aplicar de maneira conjunta e adequada as normas básicas da contabilidade e da legislação tributária, assim como, o estudo da teoria e a aplicação prática dos seus conceitos

Dentro deste contexto percebe-se que as empresas podem ser tributadas de diferentes formas, sendo pelo seu lucro auferido, faturamento ou até mesmo sobre a sua folha de pagamento. O que torna o planejamento tributário fundamental para a saúde e prosperidade das empresas. Para Oliveira (2015), o planejamento tributário “é o estudo das alternativas lícitas de formalização jurídica de determinada operação, antes da ocorrência do fato gerador, para que o contribuinte possa optar por aquela que apresente o menor ônus tributário.”

Os sistemas financeiros conforme Pinheiro (2019), possuem como principal finalidade canalizar a poupança das unidades superavitárias até o investimento demandado pelas

deficitárias. Podendo ser definidos como o conjunto de instituições e mercados agrupados de forma harmônica. O autor também comenta que o investimento produtivo através dos mecanismos de canalização de suas poupanças são fatores que se relacionam diretamente com o crescimento e desenvolvimento da economia.

Dentro das organizações é fundamental para a melhoria e otimização dos processos saber como identificar possíveis problemas, não conformidades ou pontos de melhoria. Com auxílio de ferramentas como o ciclo PDCA, MASP, 5W2H, diagrama de Ishikawa, entre outros, esta identificação e análise para solução pode ser realizada de maneira mais fácil, rápida e tornar-se rotina dentro da organização. Indo de encontro com os conceitos de melhoria continua.

Sendo assim, o presente trabalho possui como objetivos identificar e analisar as diferentes formas de tributação, assim como, identificar e analisar possíveis deficiências ou pontos de melhorias nos processos utilizados por ela. Os objetivos específicos definidos para este estudo são recolher informações acerca das características da empresa, realizar um comparativo entre o simples nacional e o lucro presumido e verificar qual o regime tributário melhor se adéqua as suas características específicas e analisar um processo com o auxílio da metodologia MASP.

2.1 Referencial Teórico

2.1.1 Sistema Tributário

Para Oliveira, Luís Martins D. (2015) o contador deve obedecer, além das normas e dos princípios fundamentais de contabilidade, também à legislação tributária concernente ao registro contábil e divulgação dos tributos que incidem nas diversas fases de atividade das empresas e, principalmente, sobre a obtenção de renda e lucro em determinado período, toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei é cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada, conceituando o tributo.

Conforme Crepaldi (2019), as empresas podem ser tributadas de diferentes formas, sendo pelo seu lucro auferido, faturamento ou até mesmo sobre a sua folha de pagamento. O

que torna o planejamento tributário fundamental para a saúde e prosperidade das empresas, desta forma através da Constituição Federal de 1988, no seu art. 195, permite a criação das contribuições à Seguridade Social.

Sendo assim, as empresas podem optarem por diferentes tipos de regimes tributários, podendo serem obrigados ao pagamento de Impostos sobre a Renda e também Pis, Cofins e CSLL.

Referente aos regimes tributários podemos considerar conforme Oliveira (2015), que o lucro presumido é uma forma simplificada da apuração dos cálculos dos tributos de IR e da contribuição social.

Já Crepaldi (2019), relata em seus estudos que é mais utilizado por ser uma forma simples e de exigir pouca documentação da entidade, este nome foi dado pois o Imposto de Renda não é calculado sobre o lucro, tanto o IR quanto a CSLL são definidos os valores conforme um percentual já definido, ele é realizado de forma trimestral.

O Regime que trata do Simples refere-se a unificação de arrecadação, cobrança e fiscalização, este serve para empresas de pequeno porte, ela recolhe diversos tributos (federais, estaduais e municipais), todas em uma guia única, foi instituído pela Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006, que sofreu alteração em 2011.

2.1.2 Conceito do Sistema Tributário Nacional

O Sistema Tributário Nacional compreende por um conjunto de normas e instituições que tem como papel principal a arrecadação de impostos, taxas e contribuições cobradas por entes da federação, conforme estabelecido na Constituição Federal, em seus artigos de nº 145 à 169. Cabe destacar também que sua finalidade principal é financiar as atividades da União, Estados e Municípios, com o objetivo único de investir em melhorias dos serviços entregues à população, tais como: infraestrutura, Saúde, Educação e Pagamento do salário dos Servidores.

2.1.3 Legislação Tributária

A Legislação Tributária trata das convenções, decretos e as normas complementares que abordam os tributos e as relações jurídicas, estabelecidas no art. 59 da Constituição, onde referem-se também as leis que define as atribuições de responsabilidade, pela cobrança, fiscalização e aplicação de penalidades quando não cumprem de maneira correta a arrecadação, a destinação e a fiscalização dos tributos.

2.1.4 Classificação dos Tributos

Os tributos estão relacionados no Sistema Tributário Nacional, e sua estrutura permite a cobrança pelo Estado, sobre tais tributos como: Impostos, Taxas, Contribuição de Melhorias, Contribuições Especiais e Empréstimos Compulsórios. Já a classificação quanto à sua finalidade ou função é dividida em tributos fiscais, extrafiscais e parafiscais, sendo fiscais os tributos que visam prover os cofres públicos dos Estados, União e Municípios.

2.1.5 Gestão da Qualidade

Dean e Bowen (1994) afirmam que a qualidade é considerada uma filosofia de gestão, pois procura aumentar a competitividade da Organização por meio da adoção de sistemas de melhoria contínua de produtos, serviços, processos, pessoas e ambientes, ou seja, abrangendo a Organização como um todo.

Já Falconi Campos (2004b, p. 96) define diretriz pela equação meta + método, ou seja, uma diretriz, segundo o autor, fala do objetivo e de como atingi-lo, Afirma também que controlar uma empresa equivale a saber quais de seus propósitos não foram realizados, analisar por que isso aconteceu, detectando as causas dos problemas, e atuar sobre eles de modo a melhorar os resultados. Para ele, toda empresa idônea tem como objetivo, pelo menos idealmente, a qualidade total.

Assim a empresa tem uma série de ferramentas e metodologias para avaliar os padrões de desempenho de uma empresa para posteriormente apontar falhas e eliminá-las.

Seleme e Stadler (2008) destacam que as ferramentas básicas são de suma importância para o controle de qualidade através de seu desempenho efetivo na utilização e desenvolvimento das metodologias utilizadas na identificação e resolução das falhas de

processo.

Para alcançar as alterações de melhoria, deve-se utilizar o método PDCA que consiste em quatro fases indicadas pelas letras (Plan, Do, Check e Act = Planejar, Fazer, Verificar e Agir).

Conforme Campos (2004), nesse caso, tem dois jeitos para utilizar o método PDCA:

- Delinear um processo inédito para que se possa alcançar o objetivo desejado, ou fazendo alterações consideráveis nos processos já existentes.
- Realizando-se consecutivas alterações nos processos já existentes, para a elaboração plano de ação, deve-se seguir uma metodologia. A mais indicada, segundo Campos (2004), é a metodologia conhecida como 5W2H. A mesma consiste em elaborar o plano de ação baseado em seis perguntas que irão definir a estrutura do plano.

Essas perguntas, compostas no idioma inglês, se apresentam da seguinte maneira:

What(o que)	Contém a explicação das medidas a serem tomadas, do que será executado.
When(quando)	Estabelece quando a ação será realizada.
Who(quem)	Estabelece quem será o encarregado pela ação.

Where(onde)	Estabelece o local que a ação será realizada.
Why(por que)	Estabelece a finalidade para ação a ser executada.
How(como)	Estabelece detalhes de como a ação será cumprida.

2.2 Metodologia

Para a elaboração do referencial teórico deste trabalho foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica, para verificar a literatura até o momento do assunto tratado neste artigo, este tipo de pesquisa tem como objetivo averiguar o assunto por meio de fontes como artigos, livros, dicionários, periódicos (revistas), entre outros (Mascarenhas, 2012).

Foi utilizado também para esta pesquisa o método de pesquisa qualitativa, sendo realizada uma entrevista semiestruturada ao Contador, com um total de 6 questões de respostas abertas, responsável pela parte fiscal do escritório em estudo, para verificação da forma de tributação do local e identificação de quais atividades são exercidas no local e quais as melhorias que podem aperfeiçoar a empresa. Segundo Gunther (2006), a pesquisa qualitativa aponta a compreensão do conhecimento, pois prefere relatar e explicar as relações ao invés de isolá-la em variáveis através da interpretação do texto que é coletado.

2.3 Resultados

Conforme citado na introdução deste artigo um dos objetivos específicos é realizar uma análise entre o simples nacional e o lucro presumido. Para que através dela seja possível optar

pelo regime de tributação que ofereça maior vantagem para a empresa em estudo. Sendo assim, foi necessário identificar algumas informações sobre as características da empresa. Para a obtenção destas informações foi realizada uma entrevista onde foram feitas perguntas conforme o anexo I. Além disso, também foi utilizada metodologia MASP e outras ferramentas com o intuito de atender os objetivos propostos.

2.3.1 Cálculo Simples Nacional

O primeiro cálculo realizado foi o do simples nacional. Inicialmente foi necessário identificar a atividade exercida pela empresa que pode ser consultada através do seu CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas. Foi identificado que a empresa exerce atividades de contabilidade com o CNAE 6920-6/01. Sabendo disso o segundo passo foi identificar em qual dos anexos do simples nacional ela se enquadra.

De acordo, com a lei complementar nº 123 foi identificado que ela se enquadra dentro do anexo III que engloba receitas de locação de bens móveis e de prestação de serviços não relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar. As alíquotas e valores a deduzir podem ser visualizados na tabela 01.

FAIXA	ALÍQUOTA	VALOR A DEDUZIR	RECEITA BRUTA EM 12 MESES (em R\$)
1ª Faixa	6,00 %		Até 180.000,00
2ª Faixa	11,20 %	9.360,00	De 180.000,01 a 360.000,00
3ª Faixa	13,50 %	17.640,00	De 360.000,01 a 720.000,00
4ª Faixa	16,00 %	35.640,00	De 720.000,01 a 1.800.000,00
5ª Faixa	21,00 %	125.640,00	De 1.800.000,01 a 3.600.000,00
6ª Faixa	33,00 %	648.000,00	3.600.001,00 a 4.800.000,00

Tabela 01: Anexo III simples nacional

Além disso, foi informado pelo gestor da empresa que ela realiza a arrecadação do ISS de forma fixa. Ou seja, o percentual de ISS que está incluso dentro da partilha da alíquota do simples nacional fica zerado e a arrecadação do imposto é feita anualmente conforme valor fixado pela prefeitura. Isto é possível, pois a empresa se enquadra dentro das seguintes características:

- Anexo III - Locação de bens móveis e de prestação de serviços não relacionados no § 5º-C do art. 18 desta Lei Complementar.
- Seção VI - Receitas decorrentes da prestação do Serviço de escritórios Contábeis Previsto no inciso VIII do 1º § do artigo 25, conforme observando o dispositivo no 11 § do art.25 da resolução CGSN, Nº 140,2018.
- Tabela 1 – Escritórios de serviços contábeis, exceto para exportação.

Partilha da terceira faixa do anexo III do simples nacional:

	4,00	CSLL	COFINS	PIS	CPP	ISS
3ª Faixa	4,00%	3,50%	13,64%	2,96%	43,40	32,50%

Quadro

Após serem identificadas a atividade exercida e o anexo em que se enquadra, o próximo passo foi descobrir qual a alíquota efetiva para o cálculo do imposto devido. Para descobrirmos a alíquota efetiva é necessário aplicarmos a seguinte fórmula:

RBT 12 X Alíquota nominal – Parcela a deduzir

RBT 12

Faturamento dos últimos 12 meses. Como pode ser visualizado na tabela 02.

MÊS	ANO	SERVIÇOS
Outubro	2021	R\$ 40.661,27
Novembro	2021	R\$ 54.278,40
Dezembro	2021	R\$ 93.460,81

Janeiro	2022	R\$ 27.130,81
Fevereiro	2022	R\$ 59.441,27
Março	2022	R\$ 60.641,27
Abril	2022	R\$ 60.161,27
Mai	2022	R\$ 63.061,27
Junho	2022	R\$ 66.031,27
Julho	2022	R\$ 59.461,27
Agosto	2022	R\$ 62.421,57
Setembro	2022	R\$ 40.661,27
	Total:	R\$ 687.411,75

Tabela 02: Faturamento últimos 12 meses

Fonte: autores

Com os dados extraídos das tabelas 01 e 02 foi possível então realizarmos o cálculo da alíquota efetiva. Que ficou da seguinte forma:

$$\text{R\$ 687.411,75} \times 13,50\% - \text{R\$ 17.640,00}$$

$$\text{R\$ 687.411,75}$$

$$\text{Alíquota efetiva} = 9,677\%$$

A última etapa para apuração do imposto a ser pago dentro do simples nacional foi aplicar a alíquota efetiva de 9,677% sobre o faturamento mensal do último mês.

$$\text{R\$ 40.661,27} \times 9,677\% = \text{R\$ 3.934,79}$$

Conforme abordado, anteriormente, o percentual de ISS dentro da partilha do simples nacional fica zerado. Sendo assim, foi subtraído 32,50% referente ao ISS que estaria incluso dentro da alíquota de 13,50% do Simples Nacional. Sendo apurado o valor de R\$ 2.655,98 de imposto referente a competência de setembro de 2022.

2.3.2 Cálculo Lucro Presumido

Para o cálculo do lucro presumido foi necessário primeiro localizar qual o foi o

faturamento do último mês (setembro), assim como se existiram outros tipos de receita além da operacional. Após esta etapa foi identificado os percentuais de presunção de lucro que devem ser aplicados sobre a base de cálculo que é a receita bruta operacional.

Sabendo que o percentual de presunção para IR e CSLL para serviços é 32% e o faturamento bruto operacional do último mês (Setembro) conforme é apresentado na tabela 02 é de R\$ 40.661,27. Após serem aplicados os percentuais de presunção foram aplicados os percentuais referentes ao imposto de renda e CSLL de 15% e 9% respectivamente sobre o lucro presumido identificado. Os resultados do cálculo podem ser visualizados na tabela 03.

	IR	CSLL
Percentual de presunção	32%	32%
Base de cálculo	R\$ 40.661,27	R\$ 40.661,27
Presunção de lucro	R\$ 13.011,60	R\$ 13.011,60
Alíquota	15%	9%
Valor a ser pago	R\$ 1.951,74	R\$ 1.171,04

Tabela 03: Valores de IR e CSLL a serem pagos.

Fonte: Autores

Também deve ser calculado neste regime o PIS, Cofins, INSS Patronal e o ISS que neste caso, conforme já citado, é realizado de forma fixa. Foram considerados os percentuais de Pis e COFINS de 0,65% e 3% respectivamente. Já o INSS patronal foi calculado 20% sobre a folha de pagamento e somado a contribuição de terceiros e o RAT E FAP. Também foi considerado o valor de R\$ 1.398,00 de ISS, pago de forma anual. Os valores que devem ser pagos podem ser visualizados nas tabelas 04 e 05.

	PIS	COFINS
Alíquota	0,65%	3%
Base de cálculo	40.661,27	40.661,27
Total a pagar	264,29	1.219,83

Tabela 04: Valores de Pis e Cofins a serem pagos.

Fonte: autores

	Base de calculo	Alíquota	Valor a pagar
EMPRESA	14.294,03	20%	R\$ 2.858,80
TERCEIROS/FAP-RAT	14.294,03	3%	R\$ 428,82
		Total a pagar:	R\$ 3.287,62

Tabela 05: Valores de INSS a serem pagos.

Fonte: autores

2.3.3 Análise dos dois regimes

Após todos os cálculos serem realizados de ambos os regimes tributários, foi realizada a apuração do lucro que a empresa iria realizar nestes regimes. O que pode ser visualizados nos DREs apresentados abaixo.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Serviços	40.661,27
Impostos	(R\$ 2.772,48)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 37.888,79
Custos dos serviços prestados	(R\$ 4.066,12)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	R\$ 33.822,67
Folha de pagamento	(14.294,03)
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 19.528,64
LUCRO LIQUIDO	R\$ 19.528,64

Quadro: DRE Simples Nacional

Fonte: Autores

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	
Serviços	R\$ 40.661,27
Impostos (ISS/PIS/COFINS) (-)	(R\$ 1.600,62)
RECEITA OPERACIONAL LIQUIDA	R\$ 39.060,65
Custo dos Serviços prestados	(R\$ 4.066,12)

LUCRO BRUTO OPERACIONAL	R\$ 34.994,53
Folha de pagamento	(R\$ 14.294,03)
Contribuição parte patronal	(R\$ 3.287,62)
LUCRO OPERACIONAL	R\$ 17.412,88
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DO IR E CSLL	R\$ 17.412,88
IR	(R\$ 1.951,74)
CSLL	(R\$ 1.171,04)
LUCRO LÍQUIDO	R\$ 14.290,10

Quadro: DRE Lucro Presumido

Fonte: Autores

A partir dos DREs apresentados acima, pode-se perceber que a empresa dentro do lucro presumido irá arcar com uma carga tributária maior do que no simples nacional causando impacto em seu lucro. Sendo o regime do Simples Nacional o mais viável para as características da empresa.

2.3.4 MASP

Segundo Santos 2012, a aplicação do método MASP depende de alguns recursos técnico e de administrativos, ele é composto por oito etapas e para conseguir finalizá-las são necessárias realizar as tarefas descritas na imagem abaixo:



Imagem 1: Etapas do MASP

Fonte: autores

Foram realizadas as 8 etapas do método no local em estudo e foram identificados o seguinte:

Etapa 1: Identificação do Problema

- Uso excessivo de papel e material de uso e consumo
- Erros recorrentes dentro do Departamento Pessoal

Etapa 2: Observação

Observou-se que a quantidade de folhas de ofício utilizadas por mês ultrapassam a 1.500 folhas. Em relação aos erros do Departamento Pessoal, verificou-se que os erros com maiores frequência são lançamentos de rubricas de forma incorreta nas admissões , demissões, e cálculos da folha de pagamento este tipo de erro causa um tempo maior para resolver pois é um procedimento que requer um tempo com o analista do sistema para arrumar os erros, pois essas rubricas elas alteram processos e levam a possíveis erros no fechamento desses processos ; esquecimento dos envios das obrigações mensais(p.ex.: vencimento de período de férias, caso seja esquecido o empregador paga o dobro do valor para o empregado.)

Etapa 3: Análise

Foi realizado um Diagrama de Ishikawa para ser feita a análise dos problemas do escritório.

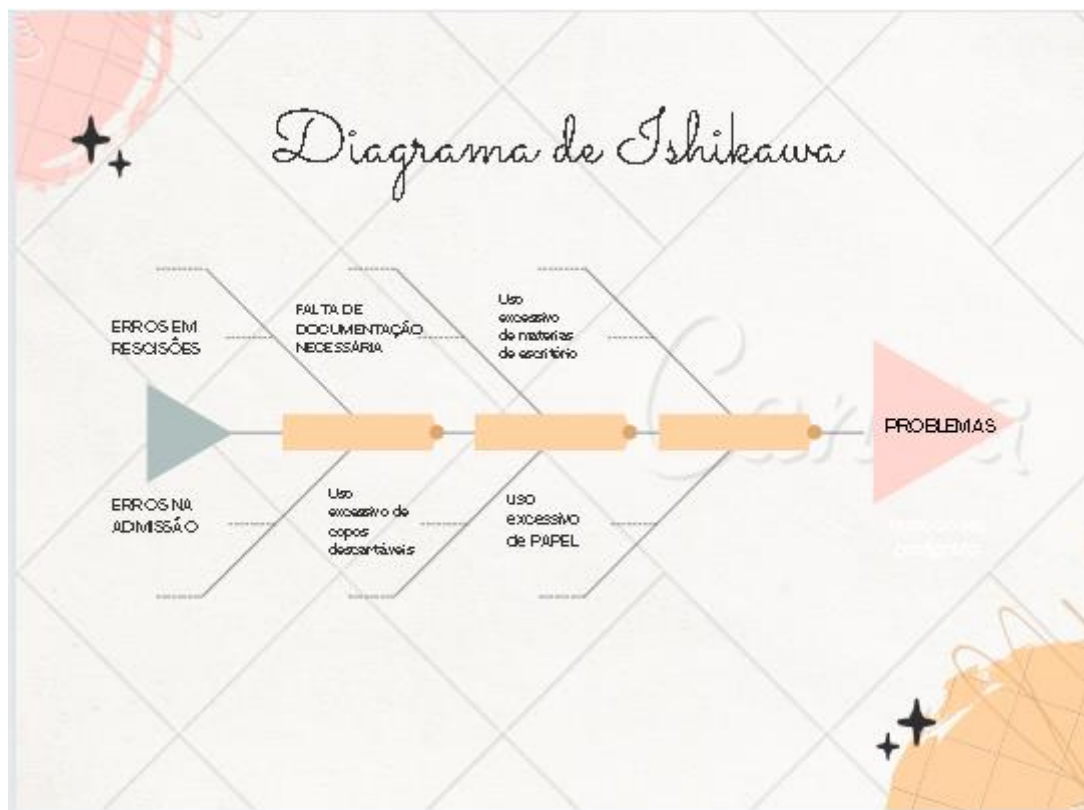


Imagem 2: Diagrama de Ishikawa

Fonte: autores

Etapa 4: Plano de ação

PROBLEMA	AÇÃO
Excesso do uso de folhas de ofício	Não imprimir mais recibos de entrega de Sefips (Empresas com no mínimo 1 funcionário utiliza 5 folhas de ofício) e recibos de entrega da DCTFWeb. Estes arquivos a partir de agora irão ser arquivados

	em pdf e salvos na nuvem. Com essa diminuição também irá acarretar uma “vida maior” para as impressoras, cartuchos. • Verificar com as empresas o envio dos contracheques e demais guias por meio eletrônico.
Erros no Departamento Pessoal	• Implementação de folhas de verificação com intuito de reduzir falhas e possíveis esquecimentos na hora da entrega dos documentos do mês para os clientes.

Etapa 5: Ação

PRO LABORE					Competência: / 2022											
Nº	EMPRESAS	ORD.	ENVIO	SINDICATO	TRIB.	A. S.	C/CHEQ	INSS	FGTS	SEFIP	SIND.	IRRF	VT	ESOCIAL	DCTF WEB	PROTOCOLOS
1		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind do Com.	SN											
2		Pro Labore	EMAIL	-	SN											
3		Pro Labore	EMAIL	Sind Rep De Veic	MEI											
4		S/MOV	S/MOV	Sind do Com.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
5		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind Representante	SN											
6		VERIFICAR	VERIFICAR													
7		S/MOV	S/MOV	Sind Alim.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
8		S/MOV	S/MOV	Sind do Com.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
9		Pro Labore	EMAIL	Sind Hot e Sim	SN											
10		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind do Com	SN											
11		S/MOV	S/MOV	Associação	-											
12		S/MOV	S/MOV		SN											
13		S/MOV	S/MOV	Sind do Com	SN											
14		Pro Labore	WHATTS	Sind Hot e Sim	SN											
15		S/MOV	S/MOV	Sind do Com	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
16		WHATTS	IMPRIMIR	Sind do Com	SN											
17		Pro Labore	EMAIL	Sind Representante	SN											
18		Pro Labore	perguntar	Sind. Com.	SN											
19		S/MOV	S/MOV	Sind do Com.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
20		S/MOV	S/MOV	Sind Hot e Sim	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
21		S/MOV	S/MOV	Sinpro	PRES.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
22		Pro Labore	EMAIL	-	SN											
23		S/MOV	S/MOV	Sind das Malhas	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
24		S/MOV	S/MOV	Sind do Com	SN											
25		Pro Labore	WHATTS	Sind Com	SN											
26		Pro Labore	IMPRIMIR	ADVOGADOS	SN											
27		MEI	S/MOV	Sind. Com.	SN											
28		MEI	S/MOV	-	MEI											
29		S/MOV	S/MOV	-	MEI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
30		1º	IMPRIMIR	Sind Rep De Veic	SN											
31		S/MOV	S/MOV	-	SN											
32		MEI	S/MOV	Sind. Com.	MEI	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
33		Pro Labore	EMAIL	-	SN											
34		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind Rep De Veic	SN											
35		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind Com	SN											
36		S/MOV	S/MOV	Sind da Alimentação	REAL											
37		S/MOV	S/MOV	Sind da Alimentação	REAL											
38		S/MOV	S/MOV	Associação	-											
39		S/MOV	S/MOV	Sind. Com.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
40		Pro Labore	EMAIL	Sind do Com	SN											
41		S/MOV	S/MOV	Sind. Com.	SN	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
42		S/MOV	S/MOV	Sind Metalurgicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
43		Pro Labore	WHATTS	-	SN											
44		Pro Labore	EMAIL	Sind Const Civil	REAL											
45		Pro Labore	IMPRIMIR	-	SN											
46		Pro Labore	WHATTS	Sind Com	SN											
47		Pro Labore	EMAIL		SN											
48		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind do Com	SN											
49		PRO LABORE	WHATTS	Sind do Com	SN											
50		S/MOV	S/MOV		SN											
51		Pro Labore	EMAIL	Sind da Saúde	SN											
52		Pro Labore	IMPRIMIR	Sind. Com.	SN											
53		MEI	S/MOV	Sind Rep De Veic	MEI											
54		S/MOV	S/MOV	OAB	REAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Etapa 6: Verificação dos Resultados

Verificar se a implementação do plano de ação dará diferença no valor dos materiais de uso do escritório e observar qual a diferença no valor dos custos para o escritório.

Etapa 7: Padronização

Caso a implementação do plano de ação der resultados nas diferenças nos valores dos materiais de uso do escritório seguir mantendo os recibos salvos em nuvem e observar qual a diferença no valor dos custos para o escritório, o mesmo também vale para os erros do departamento pessoal, com as planilhas utilizadas para verificar se a documentação está sendo entregue correta e nos prazos determinados.

Etapa 8: Conclusão

Esse tipo de método é utilizado para a melhoria contínua dentro das empresas e facilita os processos evitando erros pequenos que as vezes não são percebidos no dia a dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que uma empresa consiga sua manutenção e, além disso, ser competitiva dentro do mercado é necessário que exista a percepção da importância da redução de custos, despesas e também melhoria e otimização dos seus processos. Visando que não impactem o lucro da empresa de forma negativa. Estes Custos e Despesas podem estar ligados as diversas áreas.

Campos de atuação tais como, a contabilidade fiscal e tributária possibilitam que as empresas encontrem o regime tributário que melhor se adéqua as suas características. Devido à complexidade e alto ônus do sistema tributário brasileiro, a figura do profissional desta área torna-se peça fundamental para a sobrevivência das organizações. Visto que, conforme citado na introdução deste artigo, as empresas podem ser tributadas de diversas formas e cabe ao responsável pelo planejamento tributário encontrar alternativas lícitas que possibilitem que o contribuinte tenha o menor ônus tributário.

Outro ponto que necessita atenção é a melhoria dos processos e consequente redução dos retrabalhos e custos envolvidos. Ferramentas como MASP, Diagrama de Ishikawa e listas de verificação facilitam e tornam mais rápidas a identificação, análise e solução de deficiências e possíveis pontos de melhoria.

Através deste estudo e também aplicação de algumas destas ferramentas foi possível identificar alguns pontos de melhoria e também redução de despesas. Entre eles podemos citar a utilização excessiva de folhas para impressão que pode ser reduzida dentro do departamento de pessoal. O que se deve à opção realizada de armazenar na nuvem ao invés de imprimir os protocolos e recibos de entrega de obrigações acessórias tais como, Sefip e DCTFWEB. Que eram em média de cinco páginas para uma empresa com um funcionário. Percebeu-se também que ao realizar a admissão de forma correta, realizando toda a parametrização, lançamento e configuração das rubricas utilizadas para o funcionário já neste primeiro momento. Possibilita a otimização dos processos seguintes como, por exemplo, o cálculo da folha.

Além disso, através do comparativo realizado entre o simples nacional e o lucro presumido pode-se identificar qual destes regimes se adequa melhor às características da empresa em estudo. Sendo o simples nacional o regime que apresenta menor ônus para a empresa.

Por fim, verificou-se que a empresa dentro do departamento de pessoal utilizava métodos para evitar retrabalhos e possíveis erros e esquecimentos de rotinas das empresas. O que em sua maioria é realizado por meio de listas de verificação. Outro ponto foi que a empresa também já buscava formas de reduzir os impostos pagos por ela. Sendo uma das medidas tomadas realizar a arrecadação de ISS de forma fixa.

3.Referências

Crepaldi, Silvio. **Contabilidade fiscal e tributária: teoria e prática** / Silvio Crepaldi, Guilherme Simões Crepaldi. – 2. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

Gunther, H. **Pesquisa Qualitativa versus Pesquisa Quantitativa: está é a questão?** Psic.: Teor. e Pesq., Brasília, Mai-Ago 2006, Vol. 22 n. 2, pp. 201-210

Pinheiro, Juliano Lima. **Mercado de capitais** / Juliano Lima Pinheiro. – 9. ed. – São Paulo: Atlas, 2019.

Manual de contabilidade tributária: textos e testes com as respostas Luís Martins de Oliveira . . . [et al.]. – 14. ed. – São Paulo : Atlas, 2015. Outros autores: Renato Chieragato, José Hernandez Perez Junior, Marliete Bezerra Gomes.

<https://plataforma.bvirtual.com.br/Leitor/Publicacao/1797/epub/0?code=WRA1a19sAcGXnNZBtBZU8LPRT7BYk7xQjC34ZIRJOMNbUxjBUy0zIY25nxxaJ3mZOa+j5C1LkUty5Xw0ecovFQ==>

https://abepro.org.br/biblioteca/TN_STO_259_491_34984.pdf

Gestão da qualidade \ Pearson Education no do Brasil. São Paulo : Pearson Education do Brasil, 2011

DEAN, J.; BOWEN, D. (1994). Management Theory and Total Quality: Improving Research and Practice Through Theory Development. Academy of Management Review, 19(3), 392-418.https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/sst192_artigo_cientifico_.pdf

ANEXO I

1. Qual o regime tributário utilizado na empresa?
2. Qual atividade e CNAE da empresa?
3. Qual o faturamento dos últimos 12 meses?
4. Qual o valor das despesas com folha de pagamento?
5. Qual a média de custos dos serviços prestados?
6. A empresa possui outras receitas?